

Ciência Sociais X Senso Comum

Ciência Sociais X Senso Comum

1 CIÊNCIA SOCIAIS X SENSO COMUM.....	3
2 ANTROPOLOGIA E DESENHO INDUSTRIAL	11
3 HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA	18

1 Ciência Sociais X Senso Comum

“Toda ordem é melhor do que o caos” (Lévi-Strauss)

Há várias maneiras possíveis de explicar uma realidade qualquer. O homem não consegue suportar o vazio nem o caos: ele necessita de esquemas classificatórios que dêem sentido às suas experiências e percepções.

Deste que o mundo é mundo, as pessoas sempre procuraram refletir sobre seu universo e dar sentido às suas experiências. Podemos recorrer à fórmulas mágicas, explicações religiosas, opiniões pessoais e explicações científicas. Estas formas de conhecimento podem conviver numa mesma sociedade, seja elas sociedades tradicionais ou modernas. Por muito tempo, e em especial, no século XIX, quando floresceu a teoria do evolucionismo, acreditava-se que havia uma gradação quase universal entre elas e que na base estariam as explicações mágicas e religiosas, consideradas inferiores e no topo, a visão científica. Hoje sabemos que não é tão simples assim e que é possível tanto encontrarmos explicações científicas nas comunidades tradicionais, quanto explicações religiosas e/ou mitológicas nas sociedades industriais e modernas.

No entanto, ao longo de todo o curso, seja ele história, comunicação, desenho industrial, biblioteconomia ou vários outros, adotaremos as explicações científicas como referenciais. Em alguns momentos, estudaremos aspectos relacionados com a mitologia e com a religião, mas sob a ótica científica.

Antes de iniciarmos a definição do que entendemos por ciência e porque a elegemos nosso instrumental para a análise da realidade social, devemos nos deter brevemente em uma retrospectiva histórica do papel que a magia, a religião e a ciência exerceram nas sociedades através do tempo, e em especial, nas sociedades ocidentais.

Os egípcios eram exímios nos conhecimentos de geometria, palavra de origem grega que significa “medição da terra”. Através dela, não só construíram as pirâmides, mas também calculavam, através de um sistema que envolvia cordas divididas em nós, o nível de água do rio Nilo, central para toda vida e economia egípcias. Lançaram assim, as bases do que hoje conhecemos como conhecimento geométrico pitagórico. Desenvolveram técnicas científicas de mumificação, que se mostraram eficientes e também elaboraram algumas técnicas médicas que serviram de base para conhecimentos posteriores. Mas não deixavam de ser profundamente místicos e religiosos, e valiam-se do saber científico para construir túmulos e assegurarem-se que os mortos poderiam desfrutar de todos os benefícios quando voltassem a habitar a terra.

Já entre os gregos, a ciência voltou-se menos a resolver questões práticas imediatas e mais para o conhecimento como uma necessidade em si mesma. Foram eles que iniciaram o hábito de desenvolver o conhecimento através de atividades abstratas, desligadas de uma aplicabilidade imediata ou de caráter religioso. Nascia assim a filosofia, que na etimologia grega significa “ser amigo do conhecimento”. Os gregos a viam como uma atividade do espírito e como um dever de cidadania. Assim, surgiu uma nova maneira de pensar o “porque” e o “para que” das coisas, um saber mais desligado das atividades religiosas e empreendido pelos filósofos, considerados “os sábios”. Não que a religião ou a magia tivessem sido extintas do mundo grego, pelo contrário, elas permaneciam fortes, e formaram a base de todo um conhecimento que hoje conceituamos de “mitologia grega”. Apenas queremos dizer que as esferas da religião e da ciência tornaram-se autônomas, ou seja, independentes uma da outra.

Já durante o longo período compreendido pela Idade Média (do século III ao XV), o poder da religião imperou sobre o da ciência, através do predomínio da Igreja Católica. Várias descobertas científicas foram abafadas e cientistas como Galileu Galilei, foram ameaçados e obrigados a refutar suas próprias descobertas em nome dos conhecimentos religiosos. Uma

afirmação como a de que a Terra gira em torno do Sol abalava profundamente as crenças religiosas da onipotência de Deus, assim como teorias que procuravam desvincular o poder dos homens da divindade (chamado de “Teocentrismo”). Livros e escritores foram queimados e todo o conhecimento de filosofia, geometria, astronomia, medicina foram sistematicamente excluídos do povo e confinados em bibliotecas secretas, controladas pelo alto-clero (ver o excelente filme “O nome da Rosa”).

A magia também foi banida, pois só havia uma crença considerada válida, a católica. Até mesmo outras religiões, como o judaísmo, foram consideradas pagãs, rotuladas de bruxaria e em nome desta onipotência da religião católica, muitas pessoas foram literalmente queimadas vivas.

Foi preciso esperar pelo Renascimento, movimento cultural nascido na Europa por volta dos séculos XV e XVI para que o homem pudesse novamente voltar-se para os conhecimentos científicos e manter ciência e religião como sistemas explicativos coexistentes, mas não exclusivos ou dependentes. Na esteira deste movimento, temos no século XVIII o movimento Iluminista, e o conhecimento racional passa a ser cada vez mais importante nas sociedades ocidentais. Cada vez mais o homem procurará descobrir as relações entre as coisas e as leis que regem o mundo natural e social. Os instrumentos técnicos são aprimorados, escolas e universidades são criadas, a imprensa e os meios de comunicação auxiliam o conhecimento a circular e ser transmitido. Experimentamos uma efervescência científica: descobrimos o uso do vapor, da fotografia, do cinema, do telefone, a descoberta das leis do sistema sanguíneo, aprendemos que são micróbrios e bactéria que transmitem as doenças e logo, as vacinas que podiam curá-las. Dezenas de campos de investigação se abrem, e entre eles, os campos da sociologia, da antropologia e da ciência política.

Mas antes de entrarmos nos domínios destas ciências, cabe-nos voltar a uma questão que colocamos logo no início: No que a lógica científica se distingue das outras formas de explicação, e, principalmente da explicação do senso comum?

Em primeiro lugar, a ciência possui a característica da universalidade. Isto quer dizer que, ao contrário da explicação do senso comum, que é variável de indivíduo para indivíduo, pois baseia-se na opinião, a ciência procura explicações mais generalistas e que tenham validade para todos os fenômenos analisados. Esta universalidade é indissociável da base objetiva que caracteriza a ciência: as explicações científicas são baseadas em rígidos parâmetros, em descrições e análises que procuram deixar de lado a subjetividade, além de haver a necessidade de vários testes, que comprovem os mesmos resultados para que uma explicação ou fenômeno sejam considerados científicos. Várias experiências são realizadas para assegurar que os resultados obtidos sejam neutros e válidos universalmente.

É claro que quando falamos em ciências humanas, os parâmetros ficam mais sujeitos às oscilações e à subjetividade, pois neste caso, o objeto e o sujeito do conhecimento são o próprio homem. E estes, podem se deixar influenciar pelas idéias que aprenderam, pelas crenças que professam, pelos valores que aceitam.

Mas de modo geral, procuraremos nos apoiar em teorias e conceitos já aclamados como científicos.

Aliás, tocando na questão dos conceitos, vale lembrar que eles são uma das ferramentas fundamentais para a ciência. Eles são como os tijolos de uma obra, que ao serem trabalhados e agrupados, constituirão, pelo exercício reflexivo, as teorias sociais. Correspondem às idéias, não de um indivíduo qualquer, mas de um cientista, de um observador da realidade. Para que os conceitos surjam, o cientista social deve eleger um objeto de investigação, um problema, como no caso da sociologia, o estudo dos fatos sociais, ou em antropologia, o estudo dos grupos culturais. Para que este processo ocorra de modo satisfatório, temos que nos valer de outra ferramenta central: o método. Por método entendemos um conjunto de procedimentos, sejam eles de levantamento dos dados, classificação e organização dos mesmos em esquemas, diagramas, como da própria reflexão teórica, que deve se valer de técnicas de interpretação e análise.

Por fim, temos as teorias, que são conjuntos organizados de reflexão e que procuram fornecer explicações sobre os fenômenos analisados.

De modo geral, o conhecimento científico foi dividido em três grandes áreas gerais: Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Ciências Humanas.

No que tange às ciências Humanas, estas se subdividem em inúmeras áreas, como psicologia, história, geografia, filosofia, comunicação, direito, administração, ciências sociais, etc.

Falando mais de perto da que nos interessa aqui diretamente, as ciências sociais procuram decifrar as regras que regem as organizações humanas, sob a ótica de três vertentes centrais: a ciência política, a sociologia e a antropologia. De modo grosseiro, só a título de uma distinção preliminar, podemos dizer que ciência política preocupa-se com as questões relativas ao poder, analisando as formas e tipologias de governo (tais como monarquia, república, despotismo), a constituição do Estado enquanto *locus* privilegiado de poder, as relações entre Estado e sociedade civil, as questões relativas á soberania, etc. A sociologia preocupa-se com os fatos e as ações sociais, privilegiando também os estudos das instituições, dos movimentos sociais, da estratificação social, entre outros. Já a antropologia, preocupa-se com o conhecimento do homem, sobretudo de suas regras culturais, da análise dos sistemas de parentesco, da religião e da mitologia. Assim, se analisarmos a palavra **antropologia**, podemos perceber que ela é formada de duas palavras, “**Anthropos**”, que significa **homem** e “**Logia**”, que vem de “**Logus**”, ou seja, **conhecimento**; significando, portanto, **o estudo do Homem**. Tradicionalmente, a antropologia voltou seu olhar para os chamados “povos primitivos”, não no sentido de inferiores, mas no sentido de primeiros. Hoje este termo tem sido questionado e fala-se mais em “sociedades tradicionais” ou “povos orais”. Estes foram, por assim dizer, o objeto privilegiado da antropologia, até porque, aos nossos olhos, soavam como os mais exóticos.

Em virtude do massacre infringido a estes povos durante séculos, e em especial, no período seguido à descoberta do Novo Mundo, marcado pela conquista, opressão e matança, vários especialistas se perguntaram se o objeto e a própria discussão antropológica estariam fadados a desaparecer. Este momento foi chamado de “crise antropológica”, mas logo percebeu-se que a antropologia não perderia o seu lugar e sua importância, já que todos os povos tem cultura. Pouco a pouco, passamos a olhar a própria sociedade ocidental como objeto, já que esta também apresentava particularidades e segmentações. Foi o momento do pesquisador olhar para a sua própria sociedade e pensar a partir dela. Este movimento diluiu um pouco as fronteiras entre a sociologia e a antropologia, mas este movimento, ao meu ver, é positivo, pois a interdisciplinariedade deveria nortear nossos esforços acadêmicos mais do que a ênfase na constituição e manutenção de campos científicos altamente específicos.

Embora o campo da antropologia seja muito vasto, podendo contemplar, por exemplo, o estudo dos povos pré-históricos, chamado de arqueologia; ou a antropologia biológica, centrada nas relações entre o patrimônio genético e o meio; ou a antropologia lingüística, calcada no estudo da linguagem, aqui nos deteremos na **antropologia cultural**. Desta maneira, falar de **antropologia** será **indissociável** de falar de **cultura**, e vice-versa.

Tomaremos como ponto de partida que a antropologia, em sua essência, nada mais é senão **a descoberta do outro**, daquele que é estranho a nossa cultura e que precisa, primeiro por simples vontade da alma humana, depois, para efeitos de organização e controle, ser conhecido e explicado.

Os principais conceitos que nortearão nossas discussões são: **cultura, alteridade, estranhamento, diversidade cultural, grupos étnicos e identidade.**

Investigaremos também o método mais constitutivo da antropologia: **a pesquisa de campo.**

Quanto às teorias, daremos especial atenção a escola funcionalista, preconizada por Bronislaw Malinowski; a escola culturalista, preconizada por Fraz Boas; a escola interpretativa preconizada por Clifford Geertz e a escola

A partir deste ponto, como vimos na apresentação do programa, procuraremos empreender uma discussão que, ainda que centrada na antropologia, seja mais específica á respectiva área de formação do aluno e procuraremos mostrar como a antropologia pode ser útil na melhor compreensão de questões mais específicas, como a relação com a história, com a comunicação, com o desenho industrial e com a biblioteconomia.

2 Antropologia e desenho industrial

Vimos que um dos conceitos centrais à antropologia é o conceito de cultura, seja ela material ou simbólica. Muitos debates e discussões foram e continuam sendo travados sobre o real significado da cultura e um eminente antropólogo, já falecido, chegou a bradar pela necessidade de reduzir o conceito de cultura a uma dimensão justa. Clifford Geertz afirmou: *“o conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado à teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, á procura do significado”* (Geertz, 1978: 15).

Ao antropólogo caberia interpretar o que os nativos dizem e fazem e registrar esta interpretação na forma de um documento, chamado de **etnografia** e também na forma de uma análise, chamada de **etnologia**.

Mas o que importa é que percebeu-se que a **cultura**, tanto material, quanto simbólica, é a maior manifestação de um povo e um modo do mesmo expressar sua **identidade étnica**, os seus **sinais diacríticos**, o seu modo de se diferenciar do restante da sociedade.

Quando falamos de cultura **simbólica**, estamos nos remetendo aos mitos, à música, às tradições orais, enfim, aos esquemas de pensamento centrais ao nativo. Estamos falando de **idéias**, de **abstrações**. No entanto, a cultura simbólica, para ser expressada e vivenciada na prática, necessita de **ritos**, que são eventos que operacionalizam as idéias, como por exemplo, o rito do encantamento das canoas, para que estas possam flutuar sem afundar. Necessitam também de objetos, como a canoa, que chamamos de **cultura material**. Assim, por cultura material entendemos coisas como cestaria, cerâmicas, arte plumária, casas, desenhos, ferramentas, arcos, flechas, adornos corporais e mesmo pinturas corporais. Por serem

manufaturados, ou seja, feitos com a mão, muitos a chamam de artesanato, o que por vezes suscita polêmicas, pois poderiam também ser chamadas de arte.

De todo modo, a cultura material é uma importante via de acesso a todo sistema de classificação da realidade e sua produção, uma das maneiras do grupo afirmar sua identidade étnica. Cada grupo presente na sociedade vai escolher o que Manuela Carneiro da Cunha chamou de **sinais diacríticos**, ou seja, a seleção de alguns símbolos que garantem a continuidade e a singularidade do grupo, e estes serão escolhidos por constraste, ou seja, vão depender dos símbolos adotados por outros grupos em presença e da sociedade em que se acham inseridos. A antropologia, neste sentido, é eminentemente política, já que a identidade étnica de um povo lhe permite lutar por maior visibilidade e direitos.

Bom, e o que isto tem a ver com desenho industrial?

Bastante coisa, principalmente se pensarmos que dentro desta área mais ampla de conhecimento que denominamos “desenho industrial” estão os ramos da arquitetura, da arte e principalmente, do design.

E, se todos os grupos tem cultura, sejam eles “sociedades tradicionais”, sejam “sociedades modernas”, será este acervo cultural que fornecerá as bases para a construção de habitações, objetos e estilos de arte. Nada disto existe solto no ar, são produtos das manifestações e das demandas culturais de um povo.

E ainda que sejamos tacanhos e acreditemos que só nos interessam os padrões de nossa própria cultura, temos que contar com ferramentas para decifrá-los, e estas são fornecidas pelo estudo da cultura, ou seja, da antropologia, que estuda não só grupos tradicionais, mas a nossa própria sociedade.

E, se formos mais perspicazes, perceberemos que hoje, mais do que nunca, diversos grupos de nossa sociedade tem procurado associar ao seu estilo de vida objetos, roupas e acessórios produzidos originalmente por grupos culturais como os índios. Seja para

afirmarem um estilo “deslocado”, como hippies e/ou outros alternativos, ou o contrário, de modernos pleiteando erudição e modernidade, o fato é que brincos de penas, colares de coquinho, sandálias temáticas com estilo indígena (como a recém lançada “Ipanema G.B”), bancos de madeira em formas de bichos, cestarias enfeitando elegantes mesas de vidro, bolas artesanais feitas com conchas, armas indígenas penduradas no hall de entrada e estampas de roupa inspiradas nos grafismos indígenas estão em toda a parte. Tudo isso nos suscita questões, tanto mercadológicas quanto éticas.

Começando pela primeira, a **mercadológica**, sabemos que o mercado é marcado por **tendências**, e uma das mais atuais é a incorporação de estilos dos povos tradicionais. Mas, como incorporá-los sem conhecê-los? Se não sabemos quem são os “outros”, os “diferentes”, que tanto mobilizam nossas imaginações e fantasias, como lançar produtos neles inspirados?

Se não sabemos o que é cultura e como este conceito foi pensado por antropólogos, como identificar os traços culturais que podem gerar campanhas e produtos?

A segunda, que toca na questão **ética** suscita questões ainda mais difíceis.

Já percebemos que a cultura é central na manutenção dos grupos étnicos e na formação de sua identidade. Um povo não é nada sem sua cultura. É através da existência de valores, bens e artefatos comuns que um grupo procura se diferenciar dos outros e se constituir como um grupo á parte, que tem deveres, mas também direitos.

Mas, muitas vezes, em tempos de mundo e mercado globalizados, acontece um movimento perverso: culturas tradicionais produzem um riquíssimo material, mas freqüentemente, são alvos de pilhagem cultural. Ou seja, nos utilizamos do que eles produzem sem lhes dar crédito, enfraquecendo sua visibilidade e procedendo a uma espécie de plágio. Cabe-nos, senão do ponto de vista do puro conhecimento pelo conhecimento, que caracteriza a ciência, mas do ponto de vista ético, conhecer e reconhecer tais grupos e suas produções, resgatando-lhes a autoria e contribuindo para mecanismos de valorização da diferença.

Outro ponto importante é que, no que tange a nossa própria sociedade, também devemos deter nosso olhar de modo mais cuidadoso para fenômenos como o advento do capitalismo e da modernidade, que instauraram novos paradigmas na arte, no design e na arquitetura. Precisamos refletir sobre o fato de vivermos numa sociedade mediada pelo espetáculo e por uma cultura de incentivo ao consumo desenfreado. Que o novo tempo, marcado pela urgência que caracteriza a modernidade, invade as formas midiáticas e também influencia o tempo de produção e absorção de elementos artísticos. Precisamos entender que o design está intimamente associado a gostos de classes, que as classes populares e a elite não gostam dos mesmos artefatos. Enfim, precisamos olhar para nós mesmos com outros olhos, desnaturalizando a nós mesmos e percebendo que somos também, produtos e produtores da cultura.

Pouco a pouco, o design tem se aberto a estas e outras questões, como o design social e se relacionando com a antropologia de maneira mais sistemática.

Em 2003, o pesquisador Ronaldo de Oliveira Corrêa defendeu, pelo curso de Pós-Graduação em Tecnologia a dissertação de mestrado intitulada “Design e artesanato: uma reflexão sobre as intervenções realizadas na costa do descobrimento”. Neste trabalho, ele procurou discutir, pela perspectiva do design, temas como:

- cultura
- identidade
- estratégias alternativas para a produção dos artefatos
- nexos entre design contemporâneo e a produção artesanal tradicional
- o capitalismo e as estratégias de reelaboração das bases culturais materiais e imateriais.

Ele verificou que as pesquisas que tentam inter-relacionar o design com a antropologia e a cultura material ainda são incipientes. Destaca que foi no início da década de 80, no curso de **desenho industrial** da Universidade Federal de Pernambuco que os temas começaram a se aproximar e foi feito um levantamento da cultura pernambucana e suas influências no design. O objetivo da aproximação era *“identificar os aspectos formais e técnico-funcionais destes artefatos a fim de elaborar uma série de documentos que pudessem auxiliar não só futuros estudos de antropologia e historiadores, mas principalmente, pudessem **subsidiar as bases do processo criativo ao longo de desenvolvimentos de projetos de desenhos e produtos industriais**”* (Silva e Gomes, 1998: 209).

A justificativa deste estudo pioneiro foi a seguinte: “ao analisarmos a cultura material (...), entenderíamos as convicções íntimas, os valores, as idéias e atitudes de uma sociedade em determinado período. Consequentemente, estaríamos situando concretamente os artefatos na complexa teia social que os produziu” (Cipinivk, apud Silva, 2000: 763-764). Notem que esta afirmação foi feita por um pesquisador da área de desenho industrial, mas assemelha-se muito à definição de cultura do antropólogo Geertz, lembrem-se, da cultura enquanto uma teia de significados tecida pelo próprio homem. E está de acordo como que Geertz achava ser a missão da antropologia: alargar o discurso humano, ao registrar as experiências e percepções de um povo, que poderiam ter sido perdidas, não fosse o registro do antropólogo. E porque não, em tempos de parcerias tão frutíferas, do designer?

Corrêa também se pergunta como entender as convicções, valores e estilos de uma sociedade se no mesmo momento estes são continuamente desapropriados e modificados em seus significados. Voltamos assim à questão ética que já foi aqui colocada. E a resposta do autor também chama a atenção para a necessidade de voltar a atenção para o “estranho” e a diversidade, sem hierarquizar as culturas, procurando conhecê-las e respeitá-las.

Com os processos de mundialização da cultura e a globalização da economia, estas questões voltam para a ordem do dia. Os próprios designers perguntam-se como perceber o design enquanto manifestação da cultura da sociedade urbano-industrial contemporânea e também como preservar e expressar as culturas tradicionais através do design.

Surgiram projetos em 1990 e 1991 na Universidade Federal do Paraná com a temática da diversidade cultural. Segundo Kistmann (2001), em 1994, o LBDI (Laboratório Brasileiro de Design Industrial) organizou um importante seminário sobre o tema. Discussões teóricas sobre cultura/Identidade/Design aparecem em revistas especializadas da área de design, como a “Design e Interiores”. Fora do Brasil, o “Design Fórum Ulm”, na Alemanha, realizou dois eventos que trouxeram a cultura para o centro da reflexão.

Aqui mesmo no Espírito Santo, várias iniciativas tem procurado conciliar artesanato, cultura e design, como o resgate das tradições dos pescadores e um novo produto, a escama de peixe, passou a compor bijouterias, arranjos de flores, esculturas. Iniciativas como esta trazem elementos da cultura popular para a apreciação de outros estratos sociais, inclusive da elite.

Há assim, um imenso campo a ser desbravado, e algumas universidades, em especial, no Paraná, em São Paulo e em Pernambuco, já iniciaram a aventura.

Lanço assim, à vocês, alunos do primeiro semestre do curso de desenho industrial, o desafio:

O que vocês podem fazer para incorporar a diferença e a diversidade cultural em seus trabalhos na área de desenho industrial e design, de modo a literalmente, fazer a diferença e colocarem-se como pesquisadores de ponta nesta área?

3 História e antropologia

Vimos que um dos conceitos centrais à antropologia é o conceito de cultura, seja ela material ou simbólica. Muitos debates e discussões foram e continuam sendo travados sobre o real significado da cultura e um eminente antropólogo, já falecido, chegou a bradar pela necessidade de reduzir o conceito de cultura a uma dimensão justa. Clifford Geertz afirmou: *“o conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado à teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, á procura do significado”* (Geertz, 1978: 15).

Ao antropólogo caberia interpretar o que os nativos dizem e fazem e registrar esta interpretação na forma de um documento, chamado de **etnografia** e também na forma de uma análise, chamada de **etnologia**.

Mas o que importa é que percebeu-se que a **cultura**, tanto material, quanto simbólica, é a maior manifestação de um povo e um modo do mesmo expressar sua **identidade étnica**, os seus **sinais diacríticos**, o seu modo de se diferenciar do restante da sociedade.

Quando falamos de cultura **simbólica**, estamos nos remetendo aos mitos, à música, às tradições orais, enfim, aos esquemas de pensamento centrais ao nativo. Estamos falando de **idéias**, de **abstrações**. No entanto, a cultura simbólica, para ser expressada e vivenciada na prática, necessita de **ritos**, que são eventos que operacionalizam as idéias, como por exemplo, o rito do encantamento das canoas, para que estas possam flutuar sem afundar. Necessitam também de objetos, como a canoa, que chamamos de **cultura material**. Assim, por cultura material entendemos coisas como cestaria, cerâmicas, arte plumária, casas, desenhos, ferramentas, arcos, flechas, adornos corporais e mesmo pinturas corporais. Por serem

manufaturados, ou seja, feitos com a mão, muitos a chamam de artesanato, o que por vezes suscita polêmicas, pois poderiam também ser chamadas de arte.

De todo modo, a cultura material é uma importante via de acesso a todo sistema de classificação da realidade e sua produção, uma das maneiras do grupo afirmar sua identidade étnica. Cada grupo presente na sociedade vai escolher o que Manuela Carneiro da Cunha chamou de **sinais diacríticos**, ou seja, a seleção de alguns símbolos que garantem a continuidade e a singularidade do grupo, e estes serão escolhidos por constraste, ou seja, vão depender dos símbolos adotados por outros grupos em presença e da sociedade em que se acham inseridos. A antropologia, neste sentido, é eminentemente política, já que a identidade étnica de um povo lhe permite lutar por maior visibilidade e direitos.

E quais as relações entre antropologia e história?

Bem, este é um debate extremamente atual, ainda mais porque a própria história tem ampliado seu campo de pesquisa e se voltado para temas tradicionais da antropologia, como a Nova História e a História das Mentalidades.

Há um imenso campo a ser desbravado e inúmeras polêmicas.

Mas de todo o modo, é consenso hoje em dia que cultura e história são indissociáveis, tanto no que tange às sociedades complexas, quanto ao que tange às sociedades tradicionais.

Segundo Marshall Sahlins, é preciso considerar dois pontos:

- 1) Que diferentes culturas possuem diferentes historicidades.
- 2) Que a cultura é ordenada historicamente.

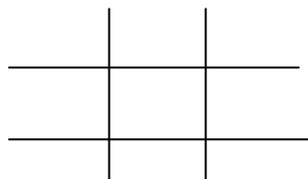
Sahlins procura sintetizar autores rivais na antropologia, Geertz e Lévi-Strauss e também os conceitos de cultura e estrutura, também pensados como conflitantes.

No entanto, nem sempre foi assim e as escolas antropológicas seguiram rumos distintos no que concerne á questão do tempo, a ponto do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira criar uma matriz disciplinar apoiada nos eixos do tempo e da tradição:

Tempo/Tradição	Intelectualista	Empirista
Sincronia	Escola Francesa de Sociologia Paradigma Racionalista e estruturalista: Lévi-Strauss	Escola Britânica de Antropologia Paradigma Estrutural-Funcionalista: Bronislaw Malinowski
Diacronia	Antropologia Interpretativa Paradigma Hermenêutico: Clifford Geertz	Escola Histórico Cultural Paradigma Culturalista: Franz Boas

Ao longo do curso, veremos com calma todas estas escolas e as particularidades de cada uma.

Mas agora, veremos rapidamente a escola francesa, preconizada por Cláude Lévi-Strauss justamente porque ela foi a mais atacada pelos historiadores e injustiçada no que diz respeito á sua relação com a história. Parte destas confusões devem-se ao mal entendido que cerca a principal noção da escola, a de estrutura. Strauss acreditava que seria possível descobrir estruturas mínimas de significação, que seriam como formas elementares. Tais estruturas estariam presentes na linguística, na mitologia e no parentesco e no limite, poderiam ser encontradas em todo o pensamento.. Elas não se alterariam de sociedade para sociedade e seus traços seriam chamados de estruturantes ou de invariáveis da cultura. Seria como a estrutura de um edifício:



As grades seriam a estrutura, o significante. O conteúdo, o significado

Por repousarem no inconsciente, tais estruturas não se alterariam no tempo e no espaço.

Leitura apressadas não compreenderam que isto NÃO significa que Lévi-Strauss seja contra a história, apenas que o tempo pode ser colocado entre parêntesis quando se trata de detectar tal estrutura.

O próprio autor procurou desfazer o mal entendido em vários textos, como no “Raça e História”, ou no “História e Etnologia”.

Nestes textos ele afirma que é errôneo afirmar que os povos primitivos não tem história, apenas mitologias. Estas duas maneiras de interpretar fatos, sensações e idéias podem muito bem conviver de modo harmônico. Muitos postulam que há dois tipos de história: A) uma progressiva, aquisitiva, que acumula os achados e invenções para construir grandes civilizações. Esta é chamada de acumulativa e atribuída às sociedades ocidentais; B) outra que incorporaria as inovações a uma espécie de fluxo ondulante, que não chegaria nunca a se afastar da direção primitiva. Esta é chamada de estacionária e atribuída às sociedades tradicionais.

Mas Lévi-Strauss combate esta idéia e diz que toda história é cumulativa, já que todos os povos possuem e transformam, melhoram e esquecem técnicas. Para ele, esta distinção entre os dois tipos de história é função de nosso etnocentrismo. Colocamo-nos no topo de uma hierarquia e julgamos as outras culturas, e assim, os outros tipos de história através de nossas grades de classificação. Diz ele:

“consideraríamos, assim, como cumulativa toda cultura que se desenvolve num ritmo análogo ao nosso, isto é, cujo desenvolvimento fosse dotado para nós de significação. Ao passo que outras culturas nos pareceriam estacionárias, não necessariamente porque o são, mas porque sua linha de desenvolvimento nada nos significa, não é mensurável nos termos do sistema de referências que utilizamos” (Lévi-Strauss, 1993: 345).

Assim, a historicidade, ou seja, a riqueza de acontecimentos de uma cultura são função, não de suas propriedades intrínsecas, mas da situação que nos encontramos em relação á elas.

A oposição entre culturas progressivas e inertes não é real, mas sim, resulta de uma diferente focalização.

Lévi-Strauss utiliza-se da metáfora do trem para explicar a distinção entre culturas que se mexem e culturas que não se mexem: suponhamos que fôssemos viajantes do trem “A”, nossa percepção de sua velocidade dependeria dos outros trens: quando correm no sentido oposto ao nosso, nos parecem mais velozes, ao passo que os que se movem no mesmo sentido que o nosso parecem imóveis:

“Dá-se o contrário com as culturas, já que nos parecem mais ativas quanto mais se deslocam no sentido da nossa, e estacionárias quando sua orientação diverge”.

Assim, para Lévi-Strauss, toda cultura tem história, assim como tem progresso, dependendo do critério com o qual se julga. Na unidade 4 retomaremos esta discussão, quis aqui apenas problematizá-la para que vocês percebam o quanto história e cultura são indissociáveis.

Outro ponto de discussão entre história e antropologia é a questão das **FONTES**, ou seja, das referências e métodos que são utilizados pela ciência para explicar os acontecimentos

Fala-se que a história baseia-se nas fontes escritas, documentais, ao passo que a antropologia baseia-se nas fontes orais. Mas esta discussão é equivocada. A antropologia realmente privilegia as fontes orais porque muitas das sociedades que estuda são sociedades sem escrita, que recorrem aos mitos orais para dar sentido ao mundo. Mas se vale também das fontes documentais, dos registros históricos. O contrário também é verdadeiro: cada vez mais os historiadores percebem que as fontes escritas, chamadas pomposamente de documentos, tem também seus problemas. Primeiro, porque nem sempre tudo que foi vivido pelas diversas culturas foi registrado em papel; e segundo, porque se sabe hoje que elas também são

interpretações e contém só uma parte das explicações. Normalmente, expressam os relatos dos vencedores, mas não dos vencidos. Faz-se necessário então que o historiador faça uso de fontes orais.

E por falar em vencedores e vencidos, temos mais uma aproximação entre história e antropologia.

A historiografia tradicional sempre privilegiou a história dos vencedores ou as versões oficiais.

Mas nas últimas décadas, floresceu um movimento denominado “Nova História”, chamada também de “História Cultural”, que busca as representações de pessoas “comuns”, ou de temas deixados à margem; e também a “História das Mentalidades”, que busca entender diversas construções culturais. Temos assim, novos objetos de investigação, como:

- o sabá das bruxas, mas contado pelo ponto de vista dos acusados de bruxaria, não dos juízes – Carlo Guinzbrug – História Noturna, decifrando o Sabá.
- Um massacre de gatos, ocorrido na França, no século XVIII, por operários fabris
- Histórias de camponeses – Robert Darton – O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa.

Assim, podemos dizer da relação entre história e antropologia o mesmo que Geertz disse das relações entre antropologia e filosofia:

“Como convém a duas disciplinas não claramente definidas e voltadas, ambas, para tudo que diz respeito à vida e ao pensamento humanos, a antropologia e a filosofia são mais do que suspeitas uma para a outra. Não que suas fronteiras se confundam; antes, que não têm fronteiras claramente demarcáveis. Não que seus interesses divirjam; ao contrário, parece que a elas nada escapa” (Geertz, 2001: 7).